

TEXTO E LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA E SOCIOINTERATIVA

José Adailton Cortez Freire*
Rosicleide Santos de Lima*

Resumo

Com base em teóricos da linguagem como Bakhtin e em diálogo com estudiosos da Linguística Textual, como Marcuschi, Koch, Beaugrande, Geraldi, Oliveira dentre outros, este trabalho aborda o texto sob a perspectiva dialógica e sociointerativa, procurando conceituá-lo como um evento comunicativo situado socio-historicamente e evidenciar as características que tornam um texto, de fato, num texto. Além disso, são apresentadas algumas das concepções anteriores à concepção sociointerativa, que mantinham o foco na língua e no autor, mostrando, especialmente, as limitações e problemáticas destas. O objetivo é compreender que o texto só funciona como um evento comunicativo situado socio-historicamente, quando inserido numa relação dialógica, na qual locutor e interlocutor se constroem e são construídos no interior do evento comunicativo. Ao partir da perspectiva de que a comunicação humana se estabelece por meio de textos, sejam estes orais ou escritos, infere-se que não é possível construir sentidos apenas no campo da língua ou do falante/autor, mas é preciso verificar as condições de produção, ou seja, o contexto sócio-histórico e cultural do discurso.

Palavras-chave: Texto. Enunciação. Dialogismo.

Abstract

Based on scholars who study the language, like Bakhtin, this paper dialogues with theorists of Textual Linguistic like Marcuschi, Beaugrande, Geraldi, Oliveira, etc. This research approaches the text from the dialogic and interactionist perspective, trying to define it while as a communicative event socio-historically situated and highlights the features that make a text, in fact, a text. Furthermore, it shows some of the concepts prior to interactionist conception, which kept the focus on language and on the author, showing especially the limitations and problems of these. The objective is to understand that the text only works when it is inserted into a dialogical relation in which speaker and listener are constructed and are built into the communicative event. When from the perspective of human communication is established through texts, whether oral or written, it appears that it is not possible to construct meanings only in the field of language or speaker / author, but you need to check the conditions of production, the socio-historical and cultural discourse.

Keywords: Text. Enunciation. Dialogism.

Introdução

Após compreender que o processo de comunicação humana ocorre, principalmente, por meio de textos, sejam eles orais ou escritos, torna-se pertinente iniciar uma discussão sobre o que de fato configura-se um texto. Embora muito se tenha estudado sobre esse tema desde as últimas décadas do século XX, ainda não é tão comum encontrar conceituações, definições ou concepções sobre este. Se, por um lado, se verifica muito material sobre estudo e análise textual; por outro lado, ainda estamos aquém de solucionar as problemáticas como formação de leitores autônomos e críticos. Para fundamentar teoricamente, recorre-se a importantes teóricos como Mikhail Bakhtin, além de estudiosos brasileiros como Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Koch, Vanda Elias, Ângela Kleiman, Wanderlei Geraldi, entre outros.

No primeiro momento, esse trabalho pretende destacar os elementos textuais, também conhecidos como elementos da textualidade, para ressaltar que o texto não consiste num aglomerado de palavras, mas que precisa de muito mais do que isso para se configurar, de fato, num texto. Entre os principais elementos textuais, pode-se citar coesão, coerência, intertextualidade, intencionalidade, etc. Enfim, o que torna essa discussão pertinente é compreender que um texto não é simplesmente um emaranhado de palavras, mas que para funcionar como tal, para cumprir o seu papel social e comunicativo, ele precisa apresentar uma série de características que colaborem para a construção de sentido.

Em seguida, pretende-se conceituar língua e texto conforme a perspectiva da Linguística Textual, fazendo um contraponto com concepções anteriores. É importante destacar que essa construção conceitual é fundamental para se perceber as relações dos sujeitos ao interagirem na língua por meio dos textos. Assim, os interlocutores se relacionam mutuamente no evento comunicativo com o intuito de produzirem sentidos. Em contrapartida, contrapõem-se algumas concepções ultrapassadas sobre o texto. Essas ainda davam ênfase apenas na língua ou no falante/escritor.

No tópico seguinte, faz-se uma abordagem bakhtiniana sobre o movimento dialógico do texto, observando que tanto ler/ouvir quanto escrever/falar são atividades responsivas ativas. Enfim, autor/leitor estão inseridos culturalmente no evento comunicativo e precisam relacionar-se um com o outro para estabelecer a compreensão. Salienta-se que essa discussão não se encerra neste trabalho; ao contrário disso, é apenas um aporte inicial para que professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados iniciem um estudo sobre texto numa perspectiva sociointeracionista e dialógica.

1 Entendendo o texto: características da textualidade

Os estudos que têm por base o texto contribuíram significativamente para dois reconhecimentos importantes: primeiro, que é por meio de textos, sejam estes orais ou escritos, que ocorre a interação entre os indivíduos, por meio da linguagem; e, segundo, que o conhecimento da Língua Materna chega-nos por meio da linguagem, que se materializa em textos – enunciações concretas -, conforme afirma Bakhtin:

A língua materna – sua composição vocabular e sua estrutura – não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas (BAKHTIN, 2005, p. 283).

A partir dos estudos sobre linguagem passou-se também a reconhecer que o texto não é apenas uma categoria linguística, é também psicológica e social. Ao consultar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), percebe-se que estes reafirmam que a unidade básica do ensino da língua deve se estabelecer no texto, concebido como uma realização discursiva utilizada como uma importante forma de interação entre os sujeitos e que explica o uso efetivo da língua. Diante desses apontamentos, surgem os questionamentos: afinal, o que, de fato, é texto? Ou, ainda, quais características tornam um texto num texto?

A pergunta “O que torna um texto num texto?” foi o que, conforme enfatiza Oliveira (2010, p. 87-88) “impulsionou as pesquisas em Linguística Textual (LT) na virada pragmática, as quais contribuíram para conhecermos os elementos que dão textualidade a um grupo de sentenças. Afinal, um texto não é um punhado de sentenças conectadas umas às outras [...]”.

Para que se possa chegar à apresentação de uma ou outra explicação acerca do conceito de texto, faz-se útil dizer que o texto passou a ser visto como unidade básica da comunicação humana, apenas, no século XX, por meio da LT. Essa disciplina teve como objetivo específico os processos de produção textual, que fazem com que os participantes do ato comunicativo trabalhem conjuntamente na construção dos sentidos, a partir da sua interação com o outro.

Embora a Linguística Textual não tenha surgido de modo único e homogêneo, pode-se distinguir nela três momentos teóricos diferentes: Análise Transfrástica – momento no qual se acreditava que o trajeto partia da frase para o texto, e por isso o texto ainda não era considerado objeto de análise; Gramática do Texto – nesse momento teórico propôs-se, pela primeira vez, enquadrar o texto como objeto central da Linguística, e procurou-se estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, internalizado por todos os usuários de uma língua. Essas regras permitiriam aos usuários de uma língua, identificar se uma sequência de frases formaria um texto e se esse estaria bem formado, e constituiriam a Competência Textual. Nota-se que o projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato ocorreu por meio da representação das primeiras gramáticas. No terceiro momento teórico, por decorrência de uma nova concepção de língua e de um novo conceito de texto, deixou-se de ter como enfoque a competência textual dos falantes e passou-se a investigar e considerar a noção de textualidade, a este momento teórico convencionou-se chamar Teoria do Texto.

Para prosseguir a discussão, ver-se-á o texto entendido como enunciações concretas e como um evento comunicativo situado sócio-historicamente, no qual concorrem tanto ações linguísticas, quanto ações cognitivas e sociais.

Desse modo, faz-se necessário explicitar os elementos que tornam um texto, de fato, num texto. Existem basicamente dois grupos de aspectos responsáveis por tal delimitação: o dos elementos linguístico-semânticos - a coesão e a coerência; e o dos elementos pragmáticos - a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

Em se tratando dos principais elementos da textualidade, destacam-se os seguintes:

Os elementos linguístico-semânticos:

Aos elementos que dizem respeito à sintaxe do texto, visto que são eles que interligam/conectam as partes do texto umas as outras, estabelecendo a continuidade temática, convencionou-se o nome de Coesão, e diz-se que para sua compreensão e emprego são necessários os conhecimentos linguísticos do leitor e do escritor. Entre os elementos coesivos estão: a paráfrase, os tempos e aspectos verbais, os conectivos, a entonação e os sinônimos.

Já ao elemento que apresenta certa dificuldade em ser definido claramente, tanto em dizer onde ele reside como em que ele consiste, denomina-se Coerência, no entanto, alguns linguistas dizem que a coerência não é um fenômeno que está explícito no texto, mas que é resultante da interação entre o texto e o leitor a partir da leitura, e é por meio desta interação que o leitor cria uma imagem do mundo através do texto. Em suma, o fato é que, como bem enfatiza Oliveira (2010, p. 128), “escrever um texto que o leitor receba como coerente é parte integrante da competência discursiva de quem escreve”.

Em se tratando dos elementos pragmáticos, parafraseando Oliveira (2010), pontua-se que estes se vinculam às posturas dos usuários dos textos e ao contexto de produção e recepção desse enunciados concretos. Entre os quais estão:

O elemento de textualidade que diz respeito aos objetivos de quem escreve (ou fala) o texto e ao que ele (autor/falante) faz para atingir os seus objetivos, na condição de produtor/escritor, por meio do texto produzido, chama-se Intencionalidade.

Ao elemento que se refere à questão de que todo texto é escrito para alguém ou para um público-alvo, e a maneira como o leitor/ouvinte aceitará o texto, suas expectativas quanto a este denomina-se Aceitabilidade. Nela está intrínseca a necessidade do pré-estabelecimento do público-alvo a fim de que se possa utilizar uma linguagem e as informações adequadas, com o objetivo de que o texto possa ter uma boa recepção, pois se o leitor não apresentar o conhecimento necessário à compreensão do que fora escrito, nem o escritor alcançará seus objetivos nem o leitor suas expectativas.

Quanto ao elemento que influencia as relações discursivas entre o escritor e o leitor, e refere-se ao fato de que, em qualquer que seja o momento da leitura de um texto, é preciso considerar o contexto sociocultural e histórico/ideológico desde as pessoas, o local e até o momento no qual o texto foi produzido e será lido, conceitua-se Situacionalidade.

Ao se ter o reconhecimento do seu público-alvo, ao autor caberá optar por apresentar ou omitir informações e palavras no texto, o que dirá se o texto terá um bom grau de informatividade, disponibilizando informações suficientes para o leitor, cabendo ao autor decidir se vai apresentar seu texto de maneira mais ou menos informativa ou se esse grau de informações será reduzido, o elemento que leva em consideração esses princípios é

a Informatividade. Dessa forma, entende-se informatividade como um fator que diz respeito ao “grau de novidade ou de imprevisibilidade que um texto tem para seus receptores” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997 [1981] apud OLIVEIRA, 2010).

Há, por fim, um elemento pragmático de textualidade que nos remete a relação de dependência existente entre os textos, seja ela no campo de produção e de recepção de um dado texto ou dos prévios conhecimentos já estabelecidos pelo leitor extraídos de textos anteriores. Denomina-se Intertextualidade; esse elemento está presente em praticamente todos os textos e é essencial para se estabelecer a compreensão.

2 O texto como atividade sociointerativa: uma contraposição a antigas concepções

Para a Linguística Textual (LT), a língua é uma prática social com base na cognição, na aquisição do conhecimento. Embora ela também se configure num sistema simbólico, não perde a característica de atividade social e interativa, a qual está situada num contexto sócio-histórico e ideológico. A língua está inserida tanto no tempo - século XXI, por exemplo - como no espaço em que se observa - Estado de Alagoas -, pois permanece em constante movimento. Diante dessa perspectiva, é pertinente verificar o conceito de língua, segundo o estudioso da LT, Luiz Antônio Marcuschi:

A língua é um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas. [...] Tomo a língua como um sistema de práticas cognitivas abertas, flexíveis, criativas e indeterminadas quanto à informação ou estrutura. De outro ponto de vista, pode-se dizer que a língua é um sistema de práticas sociais e históricas sensíveis à realidade sobre a qual atua, sendo-lhe parcialmente prévio e parcialmente dependente esse contexto em que se situa. Em suma, a língua é um sistema de práticas com o qual os falantes/ouvintes (escritores/leitores) agem e expressam suas intenções com ações adequadas aos objetivos em cada circunstância (MARCUSCHI, 2008, p. 61).

Como se percebe, a língua não se reduz a aspectos morfológicos, sintáticos ou gramaticais, ou mesmo a uma mera convenção social; a língua não é e nem pode se configurar como algo tão delimitado. Ao contrário disso, é preciso enxergar a diversidade de aspectos que abrangem seu conceito. São tantos que não se pode fechar um conceito de língua capaz de englobar todos os seus meandros. Contudo, é importante ressaltar entre esses, as questões pragmáticas, as cognitivas, as sociais e o próprio funcionamento da língua, em textos orais e escritos, de diversos gêneros e suportes textuais. Enfim, a concepção de língua adotada nesse trabalho relaciona-a à prática social com seus aspectos históricos, culturais e discursivos, ou seja, é a de atividade sociointerativa situada num momento histórico-cultural.

De um modo geral, se aceita a ideia de que a comunicação humana acontece por meio de textos, sejam estes orais ou escritos. É impossível estabelecer esta comunicação, de maneira eficaz, utilizando apenas as unidades menores da língua, como os fonemas, morfemas e as palavras soltas. Todos esses recursos não funcionam separadamente para a interação humana, a não ser quando interligadas de maneira coerente afim de compor o que denominamos texto.

Já se sabe que um texto não consiste num aglomerado de palavras aleatórias. Para compreender melhor, a LT o define de maneira bastante coerente: “O texto é um evento

comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas. [...] é um sistema atualizado de escolhas extraído de sistemas virtuais entre os quais a língua é o sistema mais importante” (BEAUGRANDE, 1997 apud MARCUSCHI, 2008, p.72-79). Diante disso, entende-se que o texto funciona como uma entidade significativa capaz de (re)construir o mundo. No entanto, para que suas funcionalidades sejam efetivadas, de fato, é necessário que os interlocutores interajam no interior do texto com a finalidade de (re)construir os sentidos. Entendem-se os sentidos como o efeito funcional da língua, os objetivos desta. Estes só ocorrem quando os interlocutores, situados em um contexto sócio-histórico e ideológico conhecido, se comunicam por meio dos textos.

É importante definir a questão do ato de ler como uma prática de constituição de sentidos. Ler, nada mais é do que compreender. Não existe possibilidade de leitura sem compreensão, porquanto esta é o fundamento, a essência da leitura. Para que essa prática social se efetive, na perspectiva de leitura adotada por este trabalho, é antes necessário que autores/leitores (falantes/ouvintes) interajam dentro do evento comunicativo denominado texto, compartilhando de si para o outrem e do outrem para si numa relação dialógica. “A compreensão dependerá das relações que o leitor estabelece com o autor durante a leitura” (KLEIMAN, 2004 p. 37). Em outras palavras, se os interlocutores (sujeitos envolvidos na ação que busca construir sentidos) não interagirem nem dialogarem com o texto, não será possível estabelecer um mínimo grau de compreensão, prejudicando completamente, a produção dos sentidos.

Diferente da concepção sociointeracionista e dialógica que a LT tem estudado nas últimas décadas, por muito tempo acreditou-se que a produção textual se configurava numa atividade individual, reduzindo-a a uma simples representação do pensamento do autor. Todavia, o sujeito-autor não controla e constrói o texto de modo solitário ou com base apenas em suas ideias. Quando ele o faz, interage com o outro, com a perspectiva de que a(s) outra(s) consciência(s) o compreenda(m). Em outras palavras, ao escrever o autor vislumbra a representação do seu interlocutor.

Embora se acreditasse, por um longo tempo, que o texto não passava de um produto lógico-discursivo de quem o escreveu/falou, como se não houvesse interferência de nenhum outro sujeito, hoje se compreende que o autor da enunciação nunca é senhor absoluto desta. Essa antiga concepção que focava apenas o autor trazia uma grande problemática: despreza-se o fato de que todo e qualquer autor, ao produzir um texto, seja este oral ou escrito, considera uma série de fatores, que não o próprio pensamento. Entre os principais, é pertinente ressaltar o público alvo, ou seja, as características do sujeito-interlocutor idealizado pelo autor no instante da enunciação, que é justamente o tipo de pessoas a quem o texto vai se destinar. Essa característica é decisiva para nortear o processo de produção textual, visto que quando se escreve, por exemplo, para alguém que se tem relação de intimidade/amizade é totalmente diferente de quando se precisa escrever com padrões formais de maior rigidez, como a um prefeito ou autoridade judicial.

Ao verificar as consequências dessa concepção de texto dentro do contexto das salas de aula, percebe-se ocorrer uma falta de clareza, por parte do aluno, com relação ao seu interlocutor, que, na maioria dos casos, é apenas o professor (GERALDI, 2001). Nesse sentido, a produção escrita fica bastante comprometida, para não dizer artificializada. A falta de precisão do aluno ao se dirigir ao seu interlocutor decorre justamente de uma situação comunicativa totalmente artificializada.

Outros fatores determinantes para produção textual são as intenções comunicativas do autor. O processo criativo-produtivo do escritor/falante se dá em virtude deste querer alcançar objetivos previamente definidos como persuadir, reclamar, informar, solicitar, etc. Além disso, levar em consideração as experiências de vida e conhecimentos prévios de seu interlocutor é fundamental para que este tenha base para construir os sentidos a partir do evento comunicativo denominado texto.

Aceitar a visão de que o autor da enunciação é senhor absoluto desta é reduzir o complexo processo de produção textual a mera expressão do pensamento, abandonando-se todo o contínuo de interação que envolve locutor e interlocutor num contexto histórico situado (FREIRE, 2011, p. 3).

Outra concepção que também limitava a noção de texto foi a que enfatizava apenas a língua. Entendia-se que o processo de produção textual dependia, exclusivamente, do conhecimento do código linguístico, ou seja, de saber a língua. Essa visão de texto resumido ao código linguístico trouxe inúmeros danos às aulas de Língua Materna, pois mesmo depois de tantos anos de estudos sobre língua, linguagem, leitura, texto e produção textual, ainda existem educadores, alunos e comunidades escolares que acreditam que apenas escreve bem aquele cujo domínio do conteúdo da gramática normativa é saliente; ou quem emprega um vocabulário mais rebuscado.

Koch e Elias desconstruem essa concepção e explicam que não se pode considerar a língua como fator suficiente para a escrita. Se isso ocorre, “o texto é visto como simples produto de uma codificação realizada pelo escritor a ser decodificado pelo leitor, bastando a ambos, para tanto, o conhecimento do código utilizado” (KOCH; ELIAS, 2010, p. 33). A problemática dessa concepção é justamente essa hipervalorização do código linguístico em detrimento de todo processo sociointerativo e do dialogismo.

Obviamente, o domínio do código linguístico é fundamental para o processo de produção textual, especialmente na modalidade escrita, contudo ele, sozinho, não garante nem uma boa escrita, nem uma competência leitora de cunho mais profundo e/ou reflexivo. “O processo de codificar-decodificar é apenas a primeira etapa dentro de um emaranhado complexo que é o ato de escrever” (FREIRE, 2011, p. 4). É claro que a língua na qualidade de convenção é essencial para estabelecer a comunicação humana, porém outros fatores ainda precisam estar presentes para que esta seja eficaz. Entre eles, pode-se citar como o acionamento dos conhecimentos prévios e, é claro, a interação entre estes conhecimentos e o material escrito.

Nas palavras de Marcuschi, “[...] um texto não se esclarece em seu pleno funcionamento apenas no âmbito da língua, mas exige aspectos sociais e cognitivos” (MARCUSCHI, 2008 p.65). Para obter-se sentido a partir de um evento comunicativo situado sócio-historicamente, ou seja, interpretar um texto é preciso de sua situacionalidade e de sua inserção cultural, pois “a língua sem contexto é vazia e o contexto sem a língua é cego” (MARCUSCHI, 2008, p. 87).

4 Uma visão bakhtiniana: o texto e seu movimento dialógico

Partindo-se da visão bakhtiniana sobre texto, diz-se que a palavra chave dessa visão é diálogo, uma vez que se defende que a linguagem só existirá onde tiver

possibilidade de interação dialógica e social; e que a língua não é um sistema abstrato que está acima, sobressaindo-se das situações sociais, pelo contrário, a língua é uma atividade social, bem como é enunciação.

Do ponto de vista dialógico e sociointerativo, é perceptível que não se concebe mais a visão de que os sujeitos do evento comunicativo sejam solitários e isolados, nem que entre ambos não haja comunicação/interação discursiva e o texto seja uma unidade estável em que não há dialogismo e discursividade entre leitor/ouvinte e autor/locutor.

É inegável que nas atividades de comunicação exista dialogicidade, e que esta se desenvolve por meio de enunciados concretos, e isso ganha maior notoriedade ao se enfatizar que entre autor/falante há dialogismo quando o leitor/ouvinte consegue compreender o que foi dito, podendo a este corresponder de maneira favorável ou não, demonstrando simpatia, acordo ou desacordo, criando estímulo para a ação, e agindo de maneira responsiva. Assim, dar-se existência a atividade responsiva ativa, que surge, justamente, do processo de interação que se correlaciona com a compreensão das enunciações concretas – textos. Sobre a atividade responsiva ativa, o teórico Bakhtin enfatiza o seguinte:

[...] o ouvinte ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (totalmente ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; [...] Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2003, p. 271).

A partir do que se percebe que o leitor/ouvinte de um texto não ocupa o papel de sujeito passivo, sem relutar ou opor-se ao que fora dito, como acreditaram os adeptos da concepção em que a escrita tinha foco na língua ou ainda, aqueles que viam a linguagem ser considerada apenas a partir do ponto de vista do falante, sem considerar a necessidade de interação com os outros participantes da comunicação discursiva – o ouvinte/interlocutor.

Ao conhecimento prévio do modelo dos gêneros aos quais os indivíduos têm contato por meio da linguagem é que se atem o ato de falar/escrever ou ouvir/ler textos, levando ao entendimento do texto como um todo concluído, ao que se corrobora com Bakhtin ao dizer-se que cada enunciado – texto – é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

Levando-se em conta a perspectiva de que “a obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras – enunciados: com aqueles às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem” (Bakhtin, 2003, p. 279), é nítido que também os textos mantêm uma interação/dialogismo/interdiscursividade entre si. Visto que a produção de um texto/discurso não acontece no vazio do conhecimento; toda produção se relaciona, de alguma forma, com outras que já foram produzidas. Portanto, pode-se afirmar que todo texto é resultante da discursividade e de uma contínua relação de uns com os outros, ao que receberá o nome de intertextualidade.

Para que um texto, de fato, atinja seu objetivo, sob a visão de uma nova perspectiva textual, pode-se dizer que ele precisa chegar a seu interlocutor, por isso, no

texto, devem estar contidas algumas perspectivas, a exemplo da promoção de uma interação discursiva, por meio da qual suscitará um processo de interlocução/interação ao fazer uso de uma variedade linguística adequada à situação de interlocução; da apresentação de características que atinjam o nível de textualidade, como recursos gráficos que permitam a leitura e a interpretação do interlocutor; e utilizar o padrão ortográfico e morfo sintático adequado ao gênero e à variedade linguística, levando-se em conta, obviamente, as condições de produção e da situação contextual-discursiva. É a harmonia dessas perspectivas que resultará no estabelecimento da real unidade da comunicação discursiva.

Considerações finais

Passados anos de estudos linguísticos, nos quais o texto é o objeto de estudo, constatou-se múltiplas alterações de paradigmas quanto às abordagens de texto, até que se pudesse considerar que o discurso só existe sob a forma dessas enunciações concretas. Estas são produzidas por determinados falantes/escritores, sujeitos do discurso, e que somente por meio de textos – sejam eles orais ou escritas – é que se conserva viva as relações interativas e dialógicas da comunicação humana por meio da linguagem.

Entre as mudanças de paradigmas também está a concepção de que as línguas funcionam sob a forma de textos e não de frases soltas ou um simples aglomerado de palavras. Nesse sentido, o texto foi considerado a unidade essencial da comunicação humana.

Corroborar-se com Antunes (2009) a esse respeito, ao se enfatizar que as influências que levaram a linguística ao campo da língua como forma de atuação social e atividade de interação dialógica, até chegar à textualidade foram procedentes de muitas direções, dentre elas, da área da pragmática e das perspectivas interacionais da linguagem. O que, então, encaminhou para duas ideias, a de que o uso da linguagem é uma maneira de agir e interagir socialmente com os outros, e a de que a interação e a comunicação somente realizam-se através de textos.

O estudo linguístico do texto também remete a falar, indiscutivelmente, sobre leitura, e a esse respeito diz-se que a leitura não é uma atividade que só ocorre na escola, mas ela possui diversas funções sociais. Lê-se com diversos objetivos: para fruição, deleite ou prazer; para reflexão; para aquisição de conhecimentos de um modo geral (informações sobre a comunidade e o mundo, etc.); para fins de estudo e/ou trabalho, também chamada de leitura instrumental; para entretenimento; entre outras diversas funções envolvidas nas atividades humanas. Admite-se, assim, que a comunicação humana se efetua por meio de textos, sejam eles orais ou escritos, que se configuram como práticas discursivas.

Concebendo-se a linguagem discursiva como propagadora da dialogicidade e da sociointeração entre os sujeitos do discurso, afirma-se que estas se realizam sob a forma de enunciações concretas – textos – concebidas como eventos comunicativos, situados sócio-historicamente e, salienta-se, que toda enunciação concreta precisa ser produzida, independente do gênero em que se enquadre, considerando-se as possíveis atitudes de seu interlocutor, afinal, ninguém escreve/fala para não ser lido/escutado. E o ouvinte/leitor assume um papel de relevante importância para a realização da comunicação discursiva, já

que ele não será um leitor/ouvinte passivo, será um ativo parceiro-interlocutor nesse elo de comunicação discursiva.

Afinal de contas, as novas concepções do estudo do texto, levam à percepção de que a essencialidade do texto desenvolve-se na fronteira da consciência dos sujeitos do discurso, escritor-falante/leitor-ouvinte, que se tornam parceiros desse evento comunicativo, mesmo sem que conheçam um ao outro. Assim, concebe-se o texto como um elo de enunciações da comunicação discursiva, que vem repleto de interação, dialogismo e interdiscursividade.

Os estudos linguísticos discursivos que têm como objeto de estudo o texto têm amplas vertentes, estão sendo cada vez mais disseminados e não se findam com o trabalho em tela. A importância da discussão e do estudo sobre o texto é inegável e de grande valia para a desmistificação de antigos paradigmas, e esse trabalho é apenas uma das vertentes pelas quais o estudo do texto pode ser aprofundado em prol da atividade verbal que é indispensavelmente textual.

Notas

ⁱ O aluno, de um modo geral, não escreve por querer comunicar algo, não parte dele a intenção comunicativa. Geralmente ele escreve por precisar de uma nota, ou seja, apenas para ser avaliado. Isso desencadeia uma falta de precisão ao escrever para um interlocutor que, a princípio, ele não pretendia (seu professor). Além disso, seu processo de produção está condicionado à nota e não a uma finalidade comunicativa real. Desse modo, a situação comunicativa torna-se artificial. Para aprofundar a discussão ler GERALDI, João Wanderley et al (Orgs.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, José Adailton Cortez. **Produção textual: uma atividade sociointerativa: foco no escritor, na língua ou na interação?** In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM ALAGOAS, 6, 2011. Maceió. **Anais...** Maceió, 2011.

GERALDI, João Wanderley. et al (orgs.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 10 ed. Campinas: Pontes, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.